

# Sagrada Política: Análise dos discursos teológico políticos de Michelle Bolsonaro

*Sacred Politics: Analysis of the Theological-Political Speeches of Michelle Bolsonaro*

*Sagrada Política: Análisis de los discursos teológico-políticos de Michelle Bolsonaro*

*Pietra Giulianna de Andrade Cretella<sup>1</sup>*

## Resumo

O artigo analisa o fenômeno de ascensão do bolsonarismo e sua relação com a atuação de comunidades neopentecostais. Investigamos, por meio da análise do discurso e levantamentos de dados públicos, a lógica da relação entre religião e autoritarismo e de que maneira essa lógica aparece na sociedade brasileira. Primeiro, partimos da discussão acerca dos significados e contornos da laicidade no Brasil. Em seguida, trataremos do crescimento dos segmentos evangélicos (neopentecostais)pentecostais e da maneira que traçam um projeto de ocupação e poder dentro do espaço público. Por fim, nos ocuparemos da instrumentalização do discurso religioso por meio de regimes políticos autoritários de forma a absolutizar sentidos como “Deus” e “Família” de tal maneira que se tornem não apenas dominantes, mas os únicos. Utilizamos como dado o discurso proferido por Michelle Bolsonaro na Av. Paulista, em fevereiro de 2024, disponibilizado em vídeo na íntegra pelo canal Band News. Os resultados apontam que ambas as estruturas discursivas - discurso autoritário e religioso - tendem à monossemia; no meio político a leitura conservadora da religião se funde com discurso autoritário, ganhando representação por via do discurso.

**Palavras-chave:** Autoritarismo; Religião; Política; Evangélicos; Análise do Discurso

---

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da mesma instituição. Sua pesquisa concentra-se na interface entre religião e política, estratégias de discurso político e processos de mobilização no cenário brasileiro contemporâneo.

## Abstract

*The article analyzes the phenomenon of the rise of Bolsonaroism and its relationship with the actions of (neo)Pentecostal communities. We investigate, through discourse analysis and public data surveys, the logic of the relationship between religion and authoritarianism and how this logic appears in Brazilian society. First, we start from the discussion about the meanings and contours of secularism in Brazil. Next, we will deal with the growth of the evangelical (neo)Pentecostal segments and the way they outline a project of occupation and power within the public space. Finally, we will deal with the instrumentalization of religious discourse through authoritarian political regimes in order to absolutize meanings such as "God" and "Family" in such a way that they become not only dominant, but the only ones. We used as data the speech given by Michelle Bolsonaro on Av Paulista, in February 2024, made available in video in full by the Band News channel. The results indicate that the discursive structure of both - authoritarian and religious discourse - tends to monosemy; In the political environment, the conservative reading of religion merges with authoritarian discourse, gaining representation through discourse.*

**Keywords:** *Authoritarianism; Religion; Politics; Evangelicals; Discourse Analysis*

## Resumen

*El artículo analiza el fenómeno del ascenso del bolsonarismo y su relación con la actuación de comunidades neopentecostales. Investigamos, mediante el análisis del discurso y recopilación de datos públicos, la lógica de la relación entre religión y autoritarismo y de qué manera esta lógica aparece en la sociedad brasileña. Primero, partimos de la discusión acerca de los significados y contornos de la laicidad en Brasil. A continuación, trataremos del crecimiento de los segmentos evangélicos (neopentecostales) y de la manera en que trazan un proyecto de ocupación y poder dentro del espacio público. Por último, nos ocuparemos de la instrumentalización del discurso religioso mediante regímenes políticos autoritarios de forma tal que se absoluticen sentidos como “Dios” y “Familia” de tal manera que se vuelvan no solo dominantes, sino los únicos. Utilizamos como dato el discurso pronunciado por Michelle Bolsonaro en la Av. Paulista, en febrero de 2024, disponible en video íntegro en el canal Band News. Los resultados apuntan que ambas las estructuras discursivas - discurso autoritario y religioso - tienden a la monosemia; en el ámbito político, la lectura conservadora de la religión se fusiona con el discurso autoritario, obteniendo representación a través del discurso.*

**Palabras clave:** *Autoritarismo; Religión; Política; Evangélicos; Análisis del Discurso*

## Introdução

O Brasil tem a religião enquanto constituinte do processo de formação política e social desde sua invasão. Tal processo foi - em seu início - de monopólio da Igreja Católica, considerada a religião hegemônica na nação (Morais, 2019). Ainda, segundo Baptista (2013 *apud* Valério, 2020) a religião faz parte da experiência social e detém uma influência direta e indireta no cotidiano, influenciando traços culturais.

A religião se faz presente no espaço público, por exemplo, por meio das concessões dadas à Igreja Católica para organização de ritos cívicos e sagração das instituições do Estado (Camurça, 2019). Este fato pode ser observado desde a figura jesuítica, a construção de igrejas no Brasil e o poder mesmo de decisão política que detinha a Igreja Católica na esfera pública, de modo que atuava para a adequação da sociedade conforme seus moldes éticos e morais, seus ideais de pureza e bondade - sendo um dos elementos ativos e dominantes do processo de colonização. Em consequência, a formação organizacional brasileira incorporou elementos próprios do catolicismo ocidental. Durante grande parte do período colonial a influência da religião no Estado estava dada de maneira que autoridade civil e eclesiástica se confundiam e, na maioria das vezes, podiam significar a mesma coisa aos olhos da sociedade. Apesar da separação entre Igreja e Estado, pela Constituição de 1891, a esfera religiosa nunca deixou de fazer valer sua influência na esfera pública. Tanto na “República Velha” quanto nos governos de 1900 a 1964, o catolicismo era outorgado como religião da nação, sendo concedido à Igreja o financiamento de Santas Casas de Misericórdia; elementos simbólicos como o crucifixo em lugares públicos; organização de ritos cívicos e sagração das instituições do Estado (Camurça, 2019; Giumbelli, 2008).

A partir dos anos 1970, assistimos o crescimento dos segmentos evangélicos pentecostais disputando o predomínio católico no campo religioso brasileiro, de maneira que traçam um projeto de ocupação e poder dentro do espaço público, saindo declaradamente da abstenção política, defendendo a implementação da moral cristã via política e reivindicando recursos públicos e concessão de emissoras de televisão e rádio para suas organizações (Camurça, 2019). Observa-se que: “[...] devido ao papel histórico de uma matriz cristã, hoje dividida entre católicos e evangélicos, podemos afirmar que, mesmo sem a presença de um Estado confessional, consolida-se no país um reconhecimento da dimensão pública da religião” (Ranquetat Jr, 2013, p. 98 *apud* Camurça, 2019, p.128), deixando evidente a necessidade de atenção na importante interação entre ordens religiosas e o meio político.

Nas últimas décadas esse movimento adquiriu contornos políticos, buscando influenciar na formulação de políticas públicas, o que ficou evidenciado, de maneira paradigmática, ao longo do governo Bolsonaro. O presente artigo se debruça sobre essa questão a partir da problemática vinculada aos pontos de contato que o neopentecostalismo estabeleceu, discursivamente e por sua teologia, com pautas da ultra direita, levando a agendas políticas, culturais e sociais cada vez mais radicais. (Pini et al, 2023)

Essa mudança no campo político e religioso brasileiro reflete uma significativa transformação na forma como a religião se relaciona com a esfera pública. O crescimento dos evangélicos, especialmente neopentecostais, trouxe novas dinâmicas em que a religião é empregada para moldar as políticas e as normas sociais do país. O projeto de ocupação neopentecostal reconfigura o espaço político brasileiro, introduzindo uma agenda moralista que busca introduzir valores religiosos específicos no Estado, legitimando práticas conservadoras (Burity, 2016)

O apoio desses grupos a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, e a interação com a religião em ambos governo e campanha, refletem a influência das narrativas religiosas para

construção de um discurso populista de ultradireita (Lynch e Cassimiro, 2021), que se legitima através de uma visão teológica do mundo.

Buscando entender de que maneira a relação entre o discurso religioso neopentecostal e o discurso autoritário de direita contribui para a ascensão e consolidação do poder autoritário faremos um panorama da relação entre religião e política no Brasil e seus impactos para a laicidade e a esfera pública. Em seguida, apontaremos o crescimento evangélico no país como parte de um projeto de poder, buscando entender como seus discursos religiosos se entrelaçam com elementos autoritários.

A convergência entre discurso religioso neopentecostal e autoritarismo no contexto do bolsonarismo será analisada adotando como objeto empírico o discurso de Michelle Bolsonaro na Avenida Paulista, em fevereiro de 2024. Nosso objetivo é demonstrar como essa fusão discursiva opera na prática, produzindo sentidos monossêmicos e excluindo visões concorrentes. A fundamentação teórica combina conceitos de Análise do Discurso (Bakhtin, Orlandi) com estudos sobre religião e política (Burity, Mariano). A metodologia consiste na análise de sequências discursivas (SDs) selecionadas do referido discurso, interpretadas à luz dos conceitos teóricos.

## 1.1. Eixo teórico e articulação conceitual

A análise proposta neste artigo articula três campos teóricos que, embora mobilizados separadamente na literatura, são aqui integrados para explicar a convergência entre discurso religioso neopentecostal e discurso autoritário no bolsonarismo. Assim, mais do que listar autores, buscamos construir um eixo interpretativo comum, capaz de conectar práticas discursivas, dinâmicas sociopolíticas e formas de construção simbólica do poder.

Em primeiro lugar, dialogamos com a sociologia da religião, em particular com Burity, Mariano e Camurça, cuja produção ilumina os modos pelos quais grupos religiosos atuam na esfera pública e influenciam disputas políticas. Esses autores são mobilizados não como descrições isoladas do campo religioso, mas para sustentar a ideia central de que o neopentecostalismo organiza um projeto de poder, e não apenas um movimento moral ou identitário — projeto esse que envolve a expansão institucional, a ocupação de arenas de decisão e a produção de uma gramática religiosa para orientar a ação política.

Em segundo lugar, partimos da tradição da Análise do Discurso (AD), especialmente das formulações de Bakhtin e Orlandi, que permitem compreender como sentidos são produzidos e disputados em contextos específicos. De Bakhtin retomamos a noção de *palavra autoritária* e de *monologismo*, útil para identificar discursos que se apresentam como únicos e incontestáveis; de Orlandi, mobilizamos a ideia de que discursos são práticas de poder e produzem efeitos de sentido situados historicamente. Esses conceitos nos permitem interpretar o discurso religioso — sobretudo sua hierarquia Deus/porta-voz/fiel — como uma estrutura predisposta à naturalização de sentidos únicos, o que abre espaço para intersecções com discursos políticos autoritários.

Por fim, situamos esse processo no interior das discussões contemporâneas sobre populismo de direita e autoritarismo. Aqui, Laclau contribui com a compreensão do populismo como construção discursiva de uma identidade coletiva homogênea (“o povo”), enquanto Mudde e Lynch & Cassimiro fornecem parâmetros para identificar a radicalização dessa lógica em chave reacionária. Ao articular esses autores, podemos mostrar que o bolsonarismo não apenas dialoga com o neopentecostalismo, mas se estrutura discursivamente a partir de elementos religiosos — sobretudo a oposição maniqueísta entre bem e mal, a associação do líder a um papel salvacionista e a deslegitimação de instituições democráticas.

A intersecção desses três eixos - AD, sociologia da religião e teoria do populismo autoritário - sustenta o argumento central deste artigo: o discurso neopentecostal oferece ao bolsonarismo não apenas apoio moral ou eleitoral, mas uma forma discursiva específica, monossêmica e verticalizada, que reforça estruturas autoritárias. Essa articulação teórica orienta toda a análise empírica apresentada ao longo do trabalho.

## 2. Religião e Política: laicidade e esfera pública

Para tratar do tema da relação entre religião e política é necessário que entendamos também a questão da laicidade no Brasil, bem como da relação entre religião e esfera pública. A laicidade deriva do Estado enquanto fenômeno político de caráter restritivo, implicando a neutralidade do Estado em matéria religiosa, ou seja, a imparcialidade do Estado com respeito às religiões. (Ranquetat Jr, 2008) Refere-se à regulação político-jurídica, institucional da religião, do simbólico e do credo (Baubérot, 2011), permitindo a presença da crença desde que respeite os requisitos da ordem pública (Portier, 2011). Portanto, não se deve confundir a laicidade com a total ausência de contorno religioso na organização social, uma vez que ela diz respeito, principalmente, ao Estado.

No caso brasileiro observa-se uma sociedade altamente religiosa onde o Estado apresenta uma laicidade jurídico-constitucional e onde forças religiosas estão presentes no cotidiano público. Ao longo da história brasileira, mesmo com a separação formal entre o poder político e a organização religiosa majoritária, pululam os “vínculos, compromissos, contatos, cumplicidades entre autoridades e aparatos estatais e representantes e instituições católicas” (Ranquetat Jr, 2008, p.11). Os grupos religiosos tendem, no caso brasileiro, a interpretar a laicidade de modo lato, visando legitimar a atuação religiosa na esfera pública, mas mantendo estrategicamente o respeito ao arranjo jurídico-político da laicidade, enquanto recurso para garantir a legitimidade de sua própria intervenção no debate político (Mariano, 2011). Ainda, estudos recentes demonstram o trabalho histórico das agências religiosas na própria construção da sociedade civil como esfera relativamente separada (Montero 2012; Giumbelli 2008).

Tendo em vista esta interação entre Estado e religião no Brasil, procuramos saber qual é o lugar da religião enquanto “coisa pública”. Segundo Burity (2016), o espaço público é o efeito combinado e instável, um conjunto de práticas e articulações de identidades coletivas que definem cenários para visibilidade e uso legítimo da voz e suas formas de aparecer política e socialmente. Ainda, Tanaka (2021) entende a esfera pública de forma abrangente, expandindo o conceito para a esfera da sociabilidade; ou seja, a publicização pode modelar percepções dos indivíduos, mas só se tornará política à medida que passa a fazer demandas ao Estado. A ideia de sociedade civil pode ser vista como tudo o que não é governo ou Estado, se aproximando da categoria de povo e, também, como uma rede de associações civis autônomas, delimitando aquilo que é organizado na sociedade e abrigando diversos tipos de ações coletivas que articulam demandas (Burity, 2016).

O processo de democratização, a partir de 1980, deu início à abertura ao tema da articulação onde diferentes identidades surgem no seio de um discurso da multiplicidade. Tal abertura demonstrou-se crucial para a admissibilidade da presença de atores religiosos como parte constituinte das articulações que se foram construindo, dando às religiões um caráter politizado, construindo espaços de visibilidade no interior das disputas democráticas. De acordo com Montero (2012), a Igreja Católica no Brasil sempre atuou, material e simbolicamente, na formulação de um ideal de direitos, tendo atuado como importante força motriz na concepção construção de um modelo de sociedade civil enquanto parte integrante dos processos de legitimação das demandas de proteção aos direitos individuais.

Com o processo de ampliação das jurisdições do religioso as organizações se modificaram de tal forma que por vezes torna-se difícil distinguir se estamos de um arranjo político ou religioso. A crescente atividade reguladora do Estado passou a penetrar em áreas antes consideradas privadas fazendo com que estas perdessem sua invisibilidade uma vez que passaram a ser alvo de políticas públicas e, ao mesmo tempo, introduzindo sua lógica própria na política. Essa articulação funcional entre religião e espaço social é o que Burity (2016) chama de *publicização religiosa*, ela não mais se concentra na construção simbólica e coletiva, informal e institucionalizada, mas irrompe pelo espaço público, estando no aparato do Estado, no sistema político e como força mobilizadora da sociedade (Camurça, 2018). Ocorre uma lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação de práticas, acontece uma desprivatização do religioso onde este age nos espaços públicos por meio da ação organizada de grupos religiosos (Burity, 2001).

### 3. Os evangélicos neopentecostais no Brasil: um projeto em expansão

A partir dos anos 1970, assistimos o crescimento dos segmentos evangélicos pentecostais disputando o predomínio católico no campo religioso brasileiro, de maneira que traçam um projeto de ocupação e poder dentro do espaço público, saindo declaradamente da abstenção política, defendendo a implementação da moral cristã via política e reivindicando recursos públicos e concessão de emissoras de televisão e rádio para suas organizações, deixando evidente a necessidade de atenção na importante interação entre ordens religiosas e o meio político, uma vez que o poder político pode legitimar-se através de noções do divino e bases teológicas (Camurça, 2019; Coelho, 2023; De Almeida, 2023).

A teoria das três ondas de Mariano (2023), inspirada nos estudos de Paul Freston (1993), demonstra que, em 1910, apenas quatro anos depois das primeiras manifestações nos EUA o pentecostalismo clássico chega ao Brasil com a Igreja da Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, em 1911; Suas principais práticas são o batismo no Espírito Santo, em que o fiel se batiza nas águas para remissão dos pecados, a glossolalia, que consiste na fala de línguas desconhecidas, e a crença na volta de Jesus Cristo, a recepção inicial foi limitada sendo essa a primeira onda.

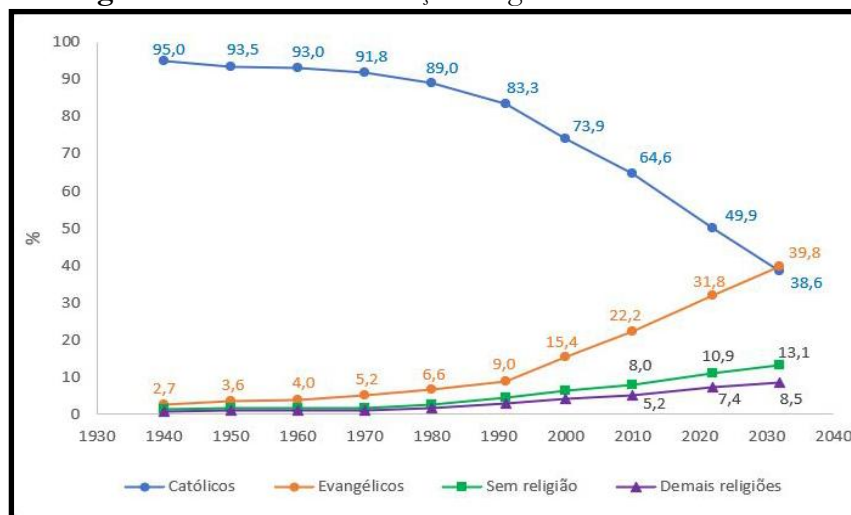
A segunda onda, chamada por Mariano (2023) de deuterpentecostalismo, de 1950 a 1960, representa o período de fragmentação do campo religioso e social, no contexto da urbanização, onde surgem novas denominações como a igreja Quadrangular, em 1955. Esta onda trouxe para crença pentecostal o preceito da Cura Divina, as expulsões de demônios e o projeto de difusão de cultos e crenças através de meios de comunicação em massa, elementos responsáveis pela ampliação pentecostal ao redor do mundo.

Por fim, a terceira onda - o neopentecostalismo - inicia-se em meados da década de 70 com a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 em contexto de adaptação do discurso religioso, afirmando-se como renovação das igrejas e rompendo com fundamentos importantes do pentecostalismo. A crença no ascetismo intramundano é um exemplo dessa renovação, os neopentecostais creem na salvação ainda em vida (Coelho, 2023).

O crescimento da população evangélica tem se demonstrado exponencial no Brasil, como informa a pesquisa realizada pelo Datafolha (2020) onde 31% da população do país é autodeclarada evangélica. As projeções realizadas por Alves (2022), com base nas pesquisas do Latinobarômetro, Pew Research Center e Datafolha, indicam que esse número deve crescer para 39,8% até 2032, superando a parcela católica da população. Com base nas evidências disponíveis entre 2010 e 2022, a projeção cobriu o período 2010 a 2032,

assumindo os seguintes pressupostos: continuidade da queda das filiações católicas no ritmo de 1,2% ao ano e aumento anual de 0,8% dos evangélicos, de 0,17% das outras religiões e 0,23% das pessoas autodeclaradas sem religião.

**Imagem 1** – Gráfico de transição religiosa no Brasil: 1940-2032



Fonte: IBGE, Censos demográficos 1940 a 2010 e projeção (Alves, JED) para os anos de 2020 a 2032.

De acordo com Paul Freston (1993, p.179), “a irrupção pentecostal não é fruto de iniciativas descoordenadas. Quase a metade dos parlamentares protestantes pós-1987 são candidatos oficiais de igrejas pentecostais, uma modalidade praticamente inédita”. O autor também observa que a inserção político-partidária pentecostal teria sido facilitada pelo sistema eleitoral brasileiro e a alta fragmentação partidária. O número de evangélicos eleitos para o Legislativo brasileiro vem crescendo de modo consistente, sendo que atualmente o Congresso Nacional abriga a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), com 228 integrantes envolvendo 80% dos partidos.<sup>2</sup>

Segundo Lacerda (2017), as mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil no final do século XX, ligadas ao processo de redemocratização, à Assembleia Constituinte de 1980 e 90, às transformações internas do campo evangélico contribuíram para que um novo panorama se desenhasse na relação entre protestantismo e política no Brasil, com maior atuação das igrejas pentecostais. A partir deste período surgem os chamados “políticos de Cristo”, sendo os atuantes da Igreja Universal do Reino de Deus, do segmento neopentecostal, os inauguradores de um novo cenário político agindo de forma institucionalizada no Parlamento, tendo criado em 2003 a Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como Bancada Evangélica, formalizada no ano de 2015 (Barbosa, 2020; Pini *et al.*, 2023).

Ari Pedro Oro (2006) afirma que a FPE se constituiu como grupo pluripartidário, com parlamentares que eram membros de diversas denominações evangélicas, sendo a maioria da tradição pentecostal. A FPE, ao longo das últimas legislaturas, surge como ponto de referência para deputados protestantes, pentecostais e neopentecostais, assim como para outros grupos religiosos que apresentam características em comum com os evangélicos (Gonçalves, 2016). Ainda, é relevante citarmos o fenômeno da pentecostalização em igrejas evangélicas não pentecostais, como é o caso da igreja Batista. O pentecostalismo se amolda aos vários sistemas teológicos dentro do protestantismo, pois os aproxima da crença nos

<sup>2</sup> [Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso \(poder360.com.br\)](https://poder360.com.br/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/)

dons do Espírito Santo, adotando práticas pastorais e litúrgicas e inspiradas no modelo da igreja da Assembleia de Deus, tendo como marco fundamental a glossolalia (falar em línguas) (Dos Santos, 2012).

Estes parlamentares reúnem-se na defesa de uma agenda moral, combatendo a nível legislativo temas como casamento homoafetivo, aborto e descriminalização das drogas. A literatura tem se referido ao grupo de evangélicos como pertencentes a uma bancada suprapartidária, entendidos como um conjunto de atores que se articulam em defesa de interesses localizados, sujeitos às flutuações conjunturais. Assim, não se submetem aos interesses do partido pelos quais chegam ao poder, constituindo um grupo de pressão conforme seus interesses (Cassota, 2016).

A atuação da Frente Parlamentar gira em torno de pautas relativas aos “bons costumes”, tendo como objetivo a “inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas [...] combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra” (artigo, 2º, III do Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica) (Machado *et al*, 2021). A postura política ativa dos neopentecostais demonstra a influência da teologia-política que os acompanha, segundo Barros (2020) a teologia política se apresentou, em termos históricos, como um modo de pensar que projetou uma concepção rígida da estrutura social e política, dando forma à dispersão do cosmos e dos elementos que o compõem; são formulações que alteram os parâmetros de compreensão acerca da estrutura política e da hierarquia social.

No caso neopentecostal, a Teologia da Dominação influencia a ação política de evangélicos, que passam a pleitear cargos públicos de grande importância para a implantação de políticas públicas com objetivo de fazer valer seus valores morais e religiosos. Isto porque, ligada à Doutrina dos Sete Montes, prega a existência de sete esferas das sociedades que deveriam ser conquistadas pelos cristãos, são elas: Mídia, Artes, Política, Economia, Educação, Família e Religião. Esta forma de compreensão do mundo tem como resultado o aumento do empenho das igrejas neopentecostais em alcançar, por meio de candidaturas de pastores, cargos de influência política (Pini *et al*, 2023).

É importante ressaltar que a Teologia do Domínio não funciona como motor determinante e unívoco da ação política evangélica, mas como repertórios discursivos que oferecem legitimidade simbólica a práticas políticas diversas. Esse repertório convive, de forma tensa e complementar, com práticas políticas calcadas em cálculos eleitorais, alianças partidárias, negociações com o Executivo e estratégias para maximizar a presença institucional das igrejas. Reconhecer essa articulação entre discurso religioso e pragmatismo político é essencial para evitar uma interpretação teocratizante e para compreender que a relação entre neopentecostalismo e bolsonarismo não se dá por mera derivação teológica, mas por convergências estratégicas entre interesses institucionais, discursos moralizados e disputas por poder no espaço público brasileiro.

Pesquisadores como Freston (1999), Machado (2021), Oro (2007), e Lacerda (2017) têm insistido que o engajamento político evangélico, desde a redemocratização, está profundamente imerso em lógicas institucionais próprias da política brasileira, marcadas por negociação, clientelismo, troca de favores, circulação de recursos orçamentários e busca por influência administrativa. A Frente Parlamentar Evangélica, além de sua defesa de objetos morais, opera também como representante corporativa das igrejas no Congresso, disputando espaços na máquina pública, concessões de rádio e televisão, cargos estratégicos e políticas que favoreçam a organização e expansão denominacional.

## 4. O discurso evangélico e o autoritarismo bolsonarista

Dada a “publicização da religião” (Camurça, 2019), partimos para a análise da interação das organizações religiosas com o fenômeno do autoritarismo. No caso brasileiro, mais especificamente a eleição de Jair Bolsonaro, pôde ser observado uma natureza de discurso especificamente teológico por parte de seus apoiadores religiosos, onde discurso religioso conservador e discurso autoritário se fundem. Bolsonaro investiu em um tropo teológico se tratando daquilo que seriam os valores da “moral e dos bons costumes” cristãos. Por exemplo, o discurso contra a união de casais homossexuais com a justificativa de que Deus havia criado para união apenas “homem e mulher”.

O bolsonarismo se apresentou no Brasil como um fenômeno político de ultra direita (ou reacionarismo) (Pini *et al*, 2023; Silva, T. X. da; Costa, I, 2014; Valerio, 2020; Cortês, 2021). Entendemos como ultradireita aqueles movimentos, lideranças e ideologias caracterizados pela convergência em temas que defendam relações sociais hierárquicas explícitas, em oposição aos princípios modernos de “igualdade”. Assim, priorizam aqueles considerados “cidadãos legítimos” – a partir de lógicas éticas, nacionais, religiosas – e tendem a subalternizar minorias que ameaçariam o ideal de pátria. O caráter reacionário da ultradireita se manifesta em sua dimensão populista.

Segundo Laclau (2005), o populismo apresenta um processo em que o “povo” é atrelado a uma identidade coletiva, tornando-se sujeito político a partir da cooptação de um líder que reivindica a representação desse todo homogêneo. Ainda, Mudde (2004) pontua que, quando associado ao fenômeno da ultra direita, o populismo adquire caráter autoritário, uma vez que considera a sociedade antagonizada em dois grupos – a elite corrupta e o povo – e clama para si a representação da vontade geral. A consequência do argumento segundo o qual a legitimidade do poder residiria no “povo” é a descredibilização das elites, deslegitimando importantes instituições democráticas como partidos políticos, autoridades legislativas e até mesmo a mídia (Pini *et al*, 2023).

Lynch e Cassimiro (2021) apontam que as características do “Populismo Reacionário” (PR) resultam em um fenômeno autoritário, uma vez que o líder populista se apresenta como um salvador, um herói antissistema, buscando a restauração de uma ordem corrompida. Assim,

A direita radical contemporânea, [...] se considera uma reação legítima ao avanço da “nova esquerda” na forma de uma cruzada em defesa da “civilização ocidental” contra uma elite cosmopolita e progressista, designada como “comunotecnoburocrática”. O “povo” necessitaria ter o direito de portar armas e se organizar em milícias para proteger sua “liberdade” contra essa “ditadura comunista” imposta do alto (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 5).

De fato, o artifício do anticomunismo foi utilizado por Bolsonaro como espantalho, tendo relacionado o comunismo ao Diabo e a forças maléficas, construiu uma narrativa de antagonismo onde a esquerda e as pautas identitárias seriam parte da degeneração da ordem e dos bons costumes, eles estariam ferindo os chamados “cidadãos de bem”. Assim, Bolsonaro estaria unindo os eleitores religiosos conservadores e direitistas. No ano de 2018, período eleitoral, Bolsonaro recebeu apoio de relevantes lideranças neopentecostais como, por exemplo, do bispo Edir Macedo, dono da TV Record. No mesmo ano, com base em levantamentos do Instituto Datafolha, o segmento evangélico optou em sua maioria por Jair Bolsonaro no pleito eleitoral, totalizando cerca de 20,5 milhões de votos válidos. Pini (*et al*, 2023) entende a nomeação de Damares Alves para chefia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como outro dos acenos do presidente ao eleitorado neopentecostal.

Nosso argumento é de que o neopentecostalismo se constitui na agenda bolsonarista como elemento da narrativa populista em prol da ordem hierárquica, uma vez que

Compreende-se que os principais pontos de contato da ultradireita com o neopentecostalismo advém da influência da Teologia do Domínio. A TD constrói uma narrativa de luta entre o bem e o mal em uma verdadeira guerra espiritual, impondo a necessidade de ampliação da influência neopentecostal em diversos setores da sociedade, da esfera cultural à social e política (Pini *et al*, 2023, p.9).

Utilizaremos o conceito de Teologia do Domínio (TD) como expressão da teologia específica dos segmentos neopentecostais enquanto chave de interpelação com o candidato de direita e o ethos de tais segmentos. Segundo Pereira (2023), a TD é uma expressão ampla e popular, um enfeixamento de crenças, que expressa uma visão de mundo em busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea e no cumprimento da predestinação dos cristãos à postos de comando para incidirem no meio público. O neopentecostalismo no Brasil incorpora as crenças e práticas da TD, preparando o ambiente para a adesão ao governo Bolsonaro (Lacerda, 2017; Pini *et al*, 2023; Pereira, 2023)

De acordo com Passos (2020 apud Pereira, 2023), o governo exibiu uma visão explícita de teocracia, isto é, do exercício do poder em nome de Deus e absorvendo a prática da TD de cooptar fiéis para uma cruzada do bem contra o mal. A TD surge como um dispositivo usado para difundir suas ideias de uma forma incontestável, uma vez que os fiéis vêm em seus líderes figuras incorruptíveis, aptas a julgar suas escolhas políticas e seus votos (De Medeiros, 2023). Assim, o discurso se coloca como instrumento essencial para aproximação entre figuras religiosas e política.

## 5. A análise do discurso político religioso

Por meio da análise do discurso (AD) podemos investigar a capacidade de determinar como as pessoas agem e se organizam, uma vez que as fórmulas religiosas são utilizadas performaticamente (Silva, Costa; 2011). A abordagem da comunicação é essencial para entender o engajamento religioso com a política (Djupe; Neiheisel, 2022), uma vez que a linguagem não é uma estrutura arbitrária que carrega um só sentido, mas uma construção social realizada a partir dos discursos que a precedem e as respostas que ela espera (Bakhtin, 2010; Tamaki *et al*, 2021). Para tratar do discurso religioso, é preciso introduzir a questão da reversibilidade, ou seja, a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso se constitui (ORLANDI, 2003, p.239), e é a condição do discurso, pois sem essa dinâmica na relação de interlocução, o discurso não se constitui: o eu é impossível sem o tu (BAKHTIN, 2009, p. 154). Não significa que todo discurso se estabelece na harmonia dessa condição. O discurso polêmico a realiza segundo certas condições (a dinâmica da tomada da palavra), enquanto o discurso autoritário busca anular essa possibilidade.

O discurso é uma tentativa de fixação de significados que quando incorporados pelos sujeitos, sendo por eles construídos ou subjetificados, provocam efeitos concretos na maneira em que as pessoas se relacionam entre si e com a história. Todo discurso político é um discurso de poder que tem como princípio básico a polêmica, se constrói através da desconstrução do outro já que concorre com outros discursos tentando ocupar o mesmo espaço. (Pinto, 2006)

Todos os sistemas religiosos têm a sua disposição um aparato metodológico que interpreta os diferentes aspectos da palavra divina (Bakhtin, 2010). No meio político a leitura conservadora da religião se funde com discurso autoritário, ganhando representação por via

do discurso. Das afirmações de uma só interpretação, Mikhail Bakhtin as define como monológicas. A palavra autoritária no sentido bakhtiniano é aquela que se impõe, sem discussão, no discurso. Ela é organicamente ligada ao passado hierárquico, já tendo sido reconhecida e, assim, ressoando em uma alta esfera. O discurso autoritário exige nosso reconhecimento incondicional (Bakhtin, 2010). Nos discursos religiosos a palavra da “autoridade” se funda como aquela aceitável, ela começa no próprio Deus e passa as autoridades que emanam dele (Mueller, 2017). Devido a desigualdade de papéis, aqueles que transmitem a palavra de Deus têm a possibilidade de instaurar formas de controle e manipulação (Silva, Costa; 2011).

A AD visa à compreensão de como um objeto simbólico (o discurso) produz sentidos, como ele está investido de significância por e para sujeitos, não sendo apenas a mensagem em si, mas também o efeito que ela causa entre os locutores (Orlandi, 2007). Desta maneira, os discursos serão entendidos enquanto produções de sentidos em condições determinadas. Ainda, de acordo com Bakhtin (2006a), os enunciados, orais ou escritos, ao serem proferidos por integrantes de um determinado campo da atividade humana, refletem as condições específicas e as finalidades do campo em questão. As premissas consideradas são: a) preocupação com a produção e os efeitos dos sentidos dos discursos enquanto uma linguagem em seu uso, sócio-culturalmente contextualizado e historicamente datado; b) a concepção de linguagem enquanto uma mediação e, ao mesmo tempo, uma construção do mundo social; c) a ênfase no discurso enquanto uma ordem de ação no mundo social, tanto para reproduzi-lo quanto para transformá-lo.

O poder da palavra religiosa é para Orlandi (1996) evidente uma vez que é o mecanismo de performatividade que atesta esse poder. A relação entre o discurso de extrema-direita na campanha de Bolsonaro e o discurso neopentecostal está em seu caráter monossêmico, onde não são admitidas produções de discursos outros - outros sentidos de Deus, de nação, de família, distintos daqueles entendidos por esses grupos. Segundo a autora (1996), a principal característica do discurso religioso é que ele faz ouvir a voz de Deus, é aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado sendo mais informal se contraposto com o discurso teológico. A autora aponta que há um desnivelamento hierárquico entre locutor e ouvinte - o locutor está no plano de Deus e o ouvinte está no plano temporal (de adorador). Neste caso, o locutor segue as regras reguladas pelo texto sagrado e pela Igreja e, se apropria delas enquanto representante da palavra de Deus - não tendo nenhum questionamento sobre sua legitimidade. Assim, o discurso religioso tem forte tendência à monossomia, tal qual o discurso autoritário impõe verticalização.

Enquanto comunidade que se entende como maioria, tendo em vista o próprio processo da formação social brasileira e de seus poderes, tais políticos e/ou religiosos caminham para homogeneização discursiva promovendo um movimento de marginalização - e diversas vezes criminalização - daqueles não seguidores de sua doutrina. A leitura conservadora da religião ganha sua representação em discursos autoritários que se valem da religião para ordenar a sociedade politicamente por uma interpretação monossêmica e, portanto, autoritária, da religiosidade. Há uma instrumentalização do discurso religioso por meio de regimes políticos autoritários de forma a absolutizar sentidos como “Deus” e “Família” de tal maneira que se tornem não apenas dominantes, mas os únicos. O discurso autoritário toma as ideias do cristianismo mais ortodoxo na tentativa de “ordenar a sociedade politicamente por uma interpretação muito restrita (e, por isso, autoritária) da religiosidade.” (De Almeida, 2023, p.200).

Deve ser ressaltado o papel realizado pelas igrejas evangélicas, como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), na mobilização eleitoral que levou à vitória do candidato Bolsonaro, e que desde meados dos anos 80 atua politicamente no Congresso

Federal e constitui a chamada “bancada evangélica”. A Igreja, mas não apenas ela, apela diretamente para o discurso das “forças invisíveis” que atuam no país. A premissa teológica do pentecostalismo é, em relação à católica, mais plástica em relação à mobilidade dos sujeitos no campo religioso-social. Ao incentivar a busca pelo sucesso como forma de salvação na terra, ao contrário da rigidez eclesiástica e hierárquica do catolicismo, o pentecostalismo se forma como um campo aberto e plástico, onde a teologia pentecostal permite dispor do sagrado por meio da intervenção do Espírito Santo, que age de forma a subverter o jogo social (Côrtes, 2021). A simbólica da diabolização é a chave com a qual a Universal conclama seus fiéis, como uma luta contra satanás (Oro, 2003) Esse discurso que diaboliza o contrário é absorvido pelos discursos autoritários, de forma que esses últimos movem sentimentos éticos e reclamam a teologia moral fazendo com que práticas desviantes das ideias cristãs monossêmicas - como homossexualidade, por exemplo - sejam interpretadas enquanto obras do “mal”.

O discurso maniqueísta é incorporado na arena política (Solle, 1982) que longe de ser sinônimo de secularização passa a ser mais do que disputa de ideais, se tornando disputa moral religiosa - uma guerra cultural (Smith, 2019). De acordo com Amy Smith (2019), as visões de mundo concorrentes que impulsionam as guerras culturais geralmente são delineadas por religiões — ou seja, conjuntos de ideias e práticas que comunidades desenvolvem para descrever forças transcendentais além do alcance dos sentidos humanos e para derivar prescrições para o comportamento humano.

As unidades de análise operacionalizadas no presente trabalho serão as Sequências Discursivas (SDs) retiradas do discurso proferido por Michelle na Av. Paulista, em um ato pró-Bolsonaro em fevereiro de 2024, serão destacadas pelo seu funcionamento discursivo, pela memória discursiva que revelam e por suas condições de produção. Seus discursos se apresentam como importante objeto, pois tem em si discurso político e religioso amalgamados. O material foi analisado a partir de uma gravação do discurso feita e transmitida pela rede SBT News.

## 6. Michelle Bolsonaro: Religião como política

Os pronunciamentos políticos da ex-primeira dama do Brasil, Michelle Bolsonaro, que serão o estudo de caso deste trabalho, funcionam se utilizando da mobilização do discurso religioso para fins políticos. Nascida na Ceilândia, onde se converteu ao evangelismo na adolescência, a ex-primeira dama exerce um forte papel na campanha bolsonarista. Ingressou na câmara dos deputados como secretária parlamentar em 2004, local em que conheceu Jair Bolsonaro, tornou-se sua secretária em 2006 e casou-se com o mesmo em 2008. Foi no papel de esposa de Bolsonaro que ela entrou para o cenário político. Ligada à Assembleia de Deus Vitória em Cristo desde 2016, pastoreada pelo neopentecostal Silas Malafaia, Michelle costumava fazer trabalhos sociais como distribuição de alimentos para instituições carentes e, também, atuando como intérprete de libras nos cultos de sua igreja. Michelle apoiou o marido durante a campanha política de Jair Bolsonaro para Presidente da República, mas esteve sempre nos bastidores se restringindo ao papel político do ideal da primeira-dama, caridosa e do lar. Seu protagonismo recente começa em 2022, onde assume um papel mais participativo, se tornando elemental na campanha bolsonarista.

Nossa escolha de objeto deve-se ao impacto que a figura de Michelle exerceu ao aproximar o eleitor evangélico do marido através de um discurso pentecostalizado (dominionista). De acordo com Moraes (2022), a imagem construída pela esposa de Jair Bolsonaro vai de encontro aos preceitos bíblicos sobre o que seria uma “mulher virtuosa”. A figura da esposa foi utilizada como forma de criar uma reputação positiva no meio

evangélico, uma vez que ela já possuía boa reputação no meio, principalmente no Rio de Janeiro (Moraes, 2022).

Analisaremos o discurso realizado por Michelle na Avenida Paulista em 2024<sup>3</sup>, com duração de 15 minutos, no contexto do ato político pró-Bolsonaro. A escolha deste discurso justifica-se por demonstrar a incorporação de elementos religiosos do dominionismo para afirmar seu posicionamento político pela defesa do marido e dos valores cristãos. Também, pela significância do evento onde, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), cerca de 750 mil pessoas compareceram ao local.<sup>4</sup> Enquadramos as SDs em quatro categorizações, cada qual contendo duas SDs delimitadas para a análise.

As SDs funcionam como unidades analíticas centrais que evidenciam os mecanismos pelos quais discursos religiosos são performados para produzir efeitos políticos autoritários. A interpretação emerge de procedimentos analíticos que incluem a identificação das condições de produção do discurso, sua memória discursiva, sua relação com práticas institucionais do bolsonarismo e sua circulação no espaço público. Sua deriva de regularidades enunciativas identificadas no discurso proferido por Michelle Bolsonaro: marcas de hierarquização (verticalização do sentido), construção maniqueísta do espaço político, sacralização da nação e autovitimização política.

## 6.1 Sequências Discursivas Religiosas

SD1 - “Eu não posso, meus amados, nenhum momento não glorificar o nome de Deus, porque eu vivo um dia de cada vez, eu vivo um dia de cada vez, mas eu sei que Ele me ama, eu sei que Ele nos escolheu [...]”

SD2 - “Do Senhor é o Brasil e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam [...]”

Estas SDs refletem a fusão entre o discurso religioso e autoritário assim como definido por Bahktin (2010), uma vez que a palavra de Deus ressoa de uma alta esfera e exige pra si reconhecimento incondicional, vinculando-se ao passado hierárquico. Com a afirmação “[...] eu sei que Ele me ama, eu sei que Ele nos escolheu”, Michelle pretende ocupar a posição de escolhida pela autoridade suprema, cujas orientações são inquestionáveis. A palavra divina, nesta ocasião, é usada como mecanismo de controle, conforme a discussão de Silva e Costa (2011), uma que se apropria da autoridade divina para sustentar e justificar o poder político.

Pela hierarquização Deus/ser humano que caracteriza o discurso religioso, aqueles que transmitem a palavra de Deus são reconhecidos como superiores têm a possibilidade de instaurar formas de controle e de manipulação, já que estão transmitindo a palavra de Deus, e, afinal, Deus não pode ser questionado. Tendo por efeito a submissão do fiel a forças que lhe são maiores (Silva, T. X. da; Costa, I., 2014). Temos que o apoio de cristãos frente a Bolsonaro é permeado pela ideia de obediência à divindade (Solle, 1982), toda a possibilidade de contestação é imediatamente afastada uma vez que a liderança teria uma espécie de “plano” para combater o mal. Há a incorporação da hierarquia Deus/Humano, Messias/Seguidor, Pastor/Fiel.

## 6.2 Sequências Discursivas de Patriotismo

SD1 - “E não tem como não se emocionar vendo o exército de Deus nas ruas, vendo o exército de homens e mulheres patriotas que não desistem da sua nação.”

<sup>3</sup> [Michelle Bolsonaro discursa durante ato na Avenida Paulista \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)

<sup>4</sup> [Com aliados e discurso de pacificação: saiba como foi ato de Bolsonaro na Av. Paulista | CNN Brasil](https://www.cnnbrasil.com.br/...)

SD2 - “Nós estamos aqui para dizer que nós amamos o Brasil, para dizer que nós estamos aqui não num propósito de poder, mas num propósito de libertação, num propósito de prosperidade para o Brasil

O patriotismo religioso emergente nas falas de Michelle sacraliza a nação, tornando o patriotismo uma expressão da fé. A ideia de “propósito de libertação” se insere no campo político conservador, onde a defesa da pátria é apresentada como uma extensão da vontade de Deus. Ainda, qualquer um que seja contra estas ideias estaria contra a libertação, ou seja, seriam a favor do aprisionamento da nação, sugerindo uma batalha contra forças malignas, enquadrando o discurso em narrativa de resgate moral. A concepção de nação e Deus, de acordo com essa perspectiva, é monossêmica e verticalizante, excluindo outras interpretações. Esse patriotismo religioso se constitui de forma que busca a transformação da sociedade de acordo com valores conservadores (Bakhtin, 2006a).

Ao convocar os patriotas como “guerreiros divinos”, a religião é utilizada como ferramenta para reforçar a ideia de que a luta pela pátria é uma luta travada por Deus, criando um ambiente maniqueísta onde aqueles que se opõem a essa visão são rotulados como agentes do mal.

### 6.3 Sequências Discursivas de Perseguição

SD1 - “Nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil, porque o meu marido foi escolhido e ele declarou que era Deus acima de todos.

SD2 - “O assassinato de reputação, ele é diário, mas algo muito maior e muito mais forte nos move para que a gente continue lutando pela nossa nação”

Colocando-se, juntamente de seu marido, como vítima de ataques por parte daqueles que não partilham da visão de Deus como ente supremo, como vítima de um “assassinato de reputação”, transforma a crítica e oposição política em um ataque à fé. Destacando “algo muito maior e muito mais forte”, Michelle novamente convoca a ideia de autoridade inquestionável, a força de algo maior (neste caso Deus) é utilizada para justificar a movimentação política realizada pelos apoiadores de Bolsonaro (Bakhtin, 2006a; Orlandi, 2007). Pela lógica da oposição, posicionamentos contrários a esses movimentos estariam indo contra a força de Deus.

### 6.4 Sequências Discursivas Maniqueístas

SD1 - “Não desistam, mulheres, homens, jovens, crianças, não desistam do nosso país, continue orando, continue clamando, porque eu sei que o nosso Deus, do alto céus, ele irá nos conceder o socorro.”

SD2 - “Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes, sim, ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política com religião, e o mal tomou, o mal ocupou o espaço.”

A tentativa de mobilização não é apenas política, mas espiritual, alinhando-se com a Teologia do Domínio, onde cristãos têm mandato de governar todas as esferas da vida. Ao mencionar que os cristãos foram “negligentes” por não misturarem política e religião, Michelle insinua que a única forma de restaurar a ordem é por meio da integração de ambos os domínios.

O chamado para continuar clamando e orando reflete a crença de que o poder político deve ser exercido em nome de Deus. Essa visão dominionista sugere que um governo secular é ineficiente, tende ser alinhado a princípios políticos. A recuperação do poder é vista como uma responsabilidade divina para o retorno à ordem moral (Pereira, 2023; Orlandi, 2007).

## 7. Conclusão

A relação entre religião e política no Brasil, revela uma complexa teia de interações que desafiam a concepção clássica de separação entre Estado e religião, dando novos contornos a laicidade no país. O processo de democratização trouxe uma abertura que permitiu a emergência de identidades religiosas no espaço público, não apenas como participantes simbólicos, mas constituindo uma “publicização da religião” (Burity, 2016; Camurça, 2018).

A expansão dos evangélicos neopentecostais no Brasil representa um fenômeno significativo para a esfera política. Através de um projeto crescente, esses grupos têm estabelecido uma presença marcante no espaço público. O crescimento acelerado dessa população, aliado à sua organização política, especialmente por meio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), evidencia a força desses grupos na definição de agendas legislativas. A atuação institucionalizada, articulada com uma agenda moral e religiosa, tem repercussões profundas na sociedade brasileira, moldando debates e influenciando decisões. A influência da teologia-política neopentecostal, com destaque para a Doutrina dos Sete Montes, sugere um movimento contínuo para conquistar esferas chave da sociedade com o objetivo de implementar valores religiosos no Estado.

Esse discurso moralista funcionou como elo entre lideranças religiosas e o fenômeno do bolsonarismo, criando uma narrativa em que a política é vista como um campo de batalha entre bem e mal. Valores religiosos funcionam, nesse contexto, como ferramentas para legitimar a agenda política autoritária e ultradireitista. Essa interseção não apenas aprofundou a polarização no Brasil, mas tentou consolidar um modelo de governo em favor de uma teocracia implícita, onde a moralidade religiosa exerce poder sobre o destino da nação.

O autoritarismo e a monossêmia se refletem no e como um discurso político. Além de aproximar-se em conteúdo, o autoritarismo se aproxima em forma, produzindo uma mimesis da religião, como quando um candidato discursa às massas como profeta aos moldes dos discursos papais da varanda do Vaticano, ou dos padres nos púlpitos aos fiéis. Absorve a religião ritualisticamente e reproduz palavras de ordem para arregimentar multidões. (De Almeida, 2023). Os próprios membros da IURD proclamaram para seus fiéis que Bolsonaro seria um enviado de Deus para salvar o Brasil. O candidato aparece enquanto personificação do bem frente ao mal da sociedade (personificado em seu discurso pela “ideologia de esquerda”).

Os discursos políticos de Michelle Bolsonaro carregam consigo a pauta e o discurso religioso, seguindo a campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”. Seus discursos seguem na direção de promessas messiânicas de salvação, luta contra a perseguição e ordem; permeados de referências bíblicas e símbolos religiosos. Discursos não podem apenas serem lidos como meros resultados de intenções ou sentimentos individuais, eles são fundados em padrões naturalizados de interpretação e relações de poder que são ambos atualizados no incorporamento de símbolos no uso da linguagem. A particularidade dos discursos realizados por líderes políticos reside na corrente necessidade que eles têm de administrar suas próprias imagens para diversos públicos simultaneamente (Tamaki et al., 2021).

Assim, os discursos de Michelle possuem uma teologia política em que - segundo a formulação de Newman (2019) - entendemos as formulações, discursos e instituições que sofrem influência, são moldados e amparados por categorias religiosas de pensamento. De acordo com Barros (2020) a teologia política se apresentou, em termos históricos, como um modo de pensar que projetou uma concepção rígida da estrutura social e política, dando forma à dispersão do cosmos e dos elementos que o compõem; são formulações que alteram os parâmetros de compreensão acerca da estrutura política e da hierarquia social.

## Referências

- ALVES, JDE. *A aceleração da transição religiosa no Brasil: 1872-2032*. in: Ecodebate, 2022.
- BAUBÉROT, Jean. *A favor de uma sociologia intercultural e histórica da laicidade*. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 2, p. 284-302, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.
- [BAKHTIN, M. \*Questões De Literatura E Estética: A Teoria D O Romance\*. 7ª edição. \[S. l.\]: Hucitec Editora, 2010.](#)
- BARROS, Douglas Ferreira. *TEOLOGIA POLÍTICA: disciplina de estudos e pesquisas acerca da relação entre religião, teologia e política*. Interações, vol. 15, núm. 1, 2020.
- BURITY, Joanildo. (2016a), “Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura?”. In: F. Mezzomo; C. S. Pátaro; F. A. Hahn (eds.). *Religião, cultura e espaço público* São Paulo: Olho D’Água; Campo Mourão: Fecilcan.
- BURITY, Joanildo. *Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica*. Revista de Estudos da Religião. n°4, pp.27-45, 2001.
- CAMURÇA, Marcelo. *RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018*. Estudos de Sociologia, Recife, 2019, Vol. 2 n. 25.
- CASSOTTA, Priscilla Leine. Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no legislativo brasileiro. *E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, p. 75-101, 2016.
- Coelho, A. M. (2023). *CRESCIMENTO PENTECOSTAL NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO PENTECOSTAL GROWTH IN BRAZIL: A HISTORICAL OVERVIEW*. Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro, 5(1). Recuperado de <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1301>
- CORTÊS, Mariana. *A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonaroismo*. Caderno C R H, Salvador, v. 34, p. 1-24, e021025, 2021.
- DATAFOLHA: evangélicos não trocam Bolsonaro por Lula, apesar de aborrecimentos com o governo. Folha de São Paulo, Brasil, 17 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-evangelicos-nao-trocam-bolsonaro-porlula-apesar-de-aborrecidos-com-governo.shtml>. Acessado em: 25 de nov. 2022
- DE ALMEIDA, João Paulo Martins. *(Neo) pentecostalismo e (neo) fascismo: sentidos em comunhão nos discursos religioso e político*. *Leitura*, v. 1, n. 76, p. 194-218, 2023.
- DJUPE, Paul A.; NEIHEISEL, Jacob R. *The religious communication approach and political behavior*. **Political Psychology**, v. 43, p. 165-194, 2022.

- DOS SANTOS, Valter Bordes. *Pentecostalização do protestantismo histórico brasileiro: estudos das práticas pastorais da Igreja Metodista Wesleyana*. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 13, 2012.
- FRESTON, Paul (1999). 'Neo-Pentecostalism' in Brazil: Problems of Definition and the Struggle for Hegemony. Arch. de Sc. Soc. des Rel., ano 44, no. 105, pp 145-162
- GIUMBELLI, Emerson. *A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2): 80-101, 2008.
- GONÇALVES, Rafael Bruno. *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*. 2016. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. Verso, 2005.
- LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-02062017-103551.
- Lynch, Christian Edward e Paulo Henrique Cassimiro. 2021. *O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)*. *Aisthesis*, número 70, 223–249
- MACHADO, Antonia Rozimar et al. *A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL: Representatividade política dos evangélicos?*. *Revista Inter-Legere*, v. 4, n. 32, p. c25787-c25787, 2021.
- MARIANO, Ricardo. *Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.
- MONTERO, Paula. (2012), "Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso". *Religião & Sociedade*, vol. 32, nº 1: 167-183.
- MORAES, Débora Espíndola de. *As estratégias de comunicação dirigida empreendidas junto aos evangélicos na campanha presidencial de Jair Bolsonaro*. 2022.
- MUDDE, Cas. *The populist zeitgeist. Government and opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.
- MUELLER, Beatriz Gutiérrez. *A palavra religiosa como uma variante da 'palavra autoritária' em Bakhtin*. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 12, p. 91-112, 2017.
- NEWMAN, S. *Political Theology a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- NOBRE, F.; MENDES PINI, A. .; ANGEIRAS DE MENEZES, M. E. . O neopentecostalismo no Brasil e a convergência com a ultradireita no populismo reacionário de Jair Bolsonaro. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 1–16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/66917>.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Horizontes Antropológicos. *Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países*. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281- 310, jan./jun. 2007.

ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. Rev. bras. Ci. Soc., Out 2003, vol.18, n.53, p.53-69.

ORO, A. P. *Religião e Política no Brasil*. In: ORO, A. P. (Org.). *Religião e Política no Conesul, Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial, 2006, p. 75-156

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2007.

PEREIRA, Eliseu. *Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 76, p. 147-173, 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Elementos para uma análise de discurso político*. Barbarói: revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia. Santa Cruz do Sul, RS. N. 24 (jan./jun. 2006), p. 78-109, 2006.

PORTIER, P. *A regulação estatal da crença nos países da Europa Ocidental*. *Religião & Sociedade*, v. 31, n. 2, p. 11-28, 2011.

RANQUETAT JR, Cesar. *Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos*. *Revista Sociais e Humanas*, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008.

SILVA, T. X. da; COSTA, I. *O DISCURSO RELIGIOSO: ASPECTOS DE PERFORMATIVIDADE, AUTORITARISMO E RELAÇÕES DE PODER*. DOI: 10.5216/lep.v15i2.28506. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, Goiânia, v. 15, n. 2, 2014.

SMITH, Amy Erica. *Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge University Press, 2019.

SÖLLE, Dorothee. *Beyond Mere Obedience*. Tradução de Lawrence. W. Deneff. Nova Iorque: The Pilgrim Press, 1982.

TAMAKI, Eduardo Ryô; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça. *The symbolic construction of a messiah: Jair Bolsonaro's public, Christian discourse*. *When Politicians Talk: The Cultural Dynamics of Public Speaking*, p. 73-89, 2021.

TANAKA, Marcela. *Secularização, laicidade e espaço público: como pensar a política contemporânea brasileira à luz da religião?*. *Religião & Sociedade*, v. 40, p. 169-188, 2021.

VALERIO, Samuel. *Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências*. Revista Brasileira de História das Religiões. Ago 2020, vol.13, n.37, p.. 113-136.